

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO A LUZ DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

CONCEPTS OF DEVELOPMENT OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE THE LIGHT

SIMÃO TERNOSKI¹

RESUMO: As relações produtivas e sociais do modelo capitalista de produção vêm se alterando ao longo dos últimos séculos, sobretudo nas concepções do que representa para a sociedade a melhoria dos padrões de vida e acumulação de riqueza. Ao longo da evolução do capitalismo as sociedades buscam padrões superiores aos encontrados no período anterior, é evidente as alterações ideológicas a respeito daquilo que norteia as ações produtivas e as relações sociais, isto é, das concepções de acumulação de riqueza e das perspectivas de renda e qualidade de vida da população. Tal contexto leva a um problema em conciliar interesses econômicos e sociais. Será possível harmonizar ambos os interesses? Uma vez que o padrão de produção e as relações sociais vão se moldando com o passar do tempo. Para tanto o objetivo do estudo é abordar as concepções de crescimento e desenvolvimento econômico e sustentável, relacionando com as abordagens da filosofia sobre o conhecimento e o que se entende por verdades, que podem ser mutáveis. Esta relação possibilita discutir a evolução do conceito de desenvolvimento ao longo dos anos, permitindo observar se ocorreram quebras e inserções de novos paradigmas no contexto social ou apenas reafirmações de uma ideologia anterior de desenvolvimento e na concepção de verdades científicas como temporárias, isto é adaptadas às exigências sociais do momento. Para tanto o estudo tem caráter bibliográfico, não está pautado no empirismo, mas a partir das teorias existentes formula o debate crítico de seu autor.

Palavras-Chave: Verdades, Paradigmas, Capitalismo, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT: Productive and social relations of capitalist production have changed over the past centuries, especially in conceptions of what is to society by improving the quality of life and wealth accumulation. Throughout the evolution of capitalism societies seek higher than those found in the previous period patterns, it is clear ideological changes about what guides the productive actions and social relations, that is, the conceptions of wealth accumulation and income prospects and quality of life. This context leads to a problem in reconciling economic and social interests. It will be possible to reconcile both interests? Once the pattern of production and social relations will be casting over time. To achieve the objective of the study is to understand the concepts of economic growth and sustainable development, relating to the approaches of philosophy about knowledge and what is meant by truth, which can be changeable. This relationship allows to discuss the evolution of the concept of development over the years, allowing you to see whether there were breaks and insertions of new paradigms in social context or just reassurance from a previous development ideology and conception of scientific truths as temporary, that is adapted to social demands of the moment. For both study is bibliographical, is not guided empiricism but from existing theories formulated critical debate of its author.

Keywords: Truths, Paradigms, Capitalism, Economic Development.

Sumário: 1 Introdução – 2 Do crescimento ao desenvolvimento econômico - 3 Verdades e paradigmas - 4 Considerações – Referências.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, simaoter-noski@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O olhar sobre os fatos históricos demonstra as evoluções nas relações da humanidade, onde lutas, guerras e impasses entre nações, precederam revoluções tanto com mudanças sociais como também mudanças de caráter econômico. O econômico ou acima de tudo o lucro, em sua grande maioria passa a ser almejado, estabelecendo verdades que norteariam as relações econômicas.

O auge desta discussão de verdades econômicas pode, de certa maneira, ser simplificado no antagonismo da guerra fria, onde o mundo percebeu claramente duas “verdades”, ou melhor, dois modelos se colocando como verdade.

A simples correlação destes dois modelos na tentativa de se firmarem como verdade demonstra a incerteza daquilo que é apresentado, ora modelos tão antagônicos, mas com o argumento de ser uma verdade inquestionável. Ambos pautavam o bem estar social e as relações econômicas como sendo alcançados de duas maneiras distintas.

A história demonstrou que um dos modelos se firmou como uma verdade, mas que de fato remete a dúvidas acerca de sua real veracidade, uma vez que o outro modelo também poderia ser uma verdade? Ou ambos os modelos poderiam ser verdades, ou então apenas tentando se firmar como possíveis verdades. Esta simples correlação somente reafirma que verdades podem não existir, são fatos resultantes do poderio e das influências econômicas.

Os modelos econômicos tentam se firmar como hegemônicos a partir do discurso do bem estar social. O simples olhar sobre determinado povo ou cultura já remete a uma ampla reflexão, e de difícil mensuração, pois o entendimento das relações de um contexto social específico é amplo, o olhar muitas vezes é lançado de forma leiga de um observador de fora do contexto social, na tentativa de comparar um determinado modo de vida ao modelo entendido como correto.

Erros ocorrem na tentativa de correlacionar o padrão de vida geral a modelos sociais específicos, como o de uma aldeia indígena, uma comunidade rural, ou qualquer organização social por mais longínqua que esteja. Busca-se comparar o bem estar e a qualidade de vida, classificando regiões em desenvolvidas ou não.

Esta reflexão remete a pensar como governos, nações e intelectuais tratam as diferentes relações produtivas e sociais dos mais diferentes povos e culturas ao longo do tempo. Leva a uma preocupação e indagação de como mensurar ou afirmar que determinado modo de vida ou de organização social é excluído, ou é atrasado, ao passo que as bases do pensamento estão em um modelo econômico que não pode ser considerado uma verdade absoluta.

Todo o questionamento acerca do que o científico nos coloca é passível de refutação, já afirmava Popper (2007, p. 31) quando dizia que “o trabalho do cientista consiste em elaborar teorias e pô-las à prova”, tomando-a como uma verdade, Morin (1999) aponta as verdades científicas como temporárias. O conhecimento, ou os avanços

científicos podem conduzir ao obscurismo, uma vez que o avanço em direção ao conhecimento levanta novos questionamentos.

A ideia de ciência apontada como verdade temporária foi empregada neste contexto com o intuito de argumentar que saberes ou constatações científicas podem, na verdade, serem refutadas cientificamente, quando a sua construção seguir preceitos ideológicos.

Ao retomar a discussão desenvolvimentista, um questionamento que surge é o que de fato vem a ser a concepção de desenvolvimento no contexto das correntes científicas. Para Schneider (2007, p.04) ao abordar sobre desenvolvimento é exigido reflexões dos vários contextos em uma escala temporal. A literatura discute e tenta interpretar o seu significado, mas o desenvolvimento deve ser visto como “uma construção política e ideológica”.

A análise dos escritos das diferentes escolas do pensamento econômico remete a percepção de desenvolvimento como uma verdade temporária. Sua concepção atrelada aos momentos históricos defendidos por determinada corrente. Assim as indagações desta investigação são: Existiriam de fato verdades absolutas no contexto do desenvolvimento econômico, ou apenas verdades temporárias? Ocorreram quebras de paradigmas, ou apenas adaptações a uma descoberta maior que se firmou como verdade?

O estudo tem por objetivo, a partir das diferentes concepções de crescimento, desenvolvimento econômico e sustentabilidade, identificar as verdades sobre os conceitos como mutáveis de acordo com as influências históricas. Procura investigar se ocorreram quebras de paradigmas ou apenas reafirmações de uma ideologia anterior de desenvolvimento, na tentativa de relacionar as verdades temporárias como adaptadas as questões políticas e ideológicas.

Como hipótese admite-se que o conceito de desenvolvimento econômico é uma verdade científica temporária, adaptada a ideologia e ao ambiente político, não ocorrendo à quebra de paradigmas, mas sim uma releitura de ideologias anteriores adaptadas ao contexto atual.

Os métodos consistem no levantamento documental a respeito das relações econômicas e das teorias sobre desenvolvimento, a partir de uma linha histórica das diferentes concepções. A partir disso correlacionando com as abordagens da filosofia que trabalham com as verdades científicas.

O apontamento introdutório deve ser retomado, a respeito do que é desenvolvimento no olhar de um indivíduo, de uma aldeia, comunidade rural, ou qualquer organização social. Parâmetros ideológicos apontariam estas sociedades como subdesenvolvidas, atrasadas, ou extremamente pobres, e que apresentam uma qualidade de vida abaixo dos parâmetros, mas quais são estes parâmetros?

Parâmetros ideológicos criados por determinada organização social, tidos como verdadeiras? Parâmetros estes que remeteriam a novas indagações, pois de fato tais parâmetros podem medir afundo a realidade de uma população que é julgada como

atrasada?

Poderia no olhar de um ser social de uma comunidade ou região este se considerar atrasado e com baixa qualidade de vida? Ou então o oposto, em sua visão se considerar evoluído? São estas reflexões instigadas por este estudo e pelo debate crítico de seu autor, a partir do contexto do que é o desenvolvimento econômico e de tudo aquilo que é apresentado como uma verdade.

2 DO CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As perspectivas de melhoria da qualidade de vida, geração de renda, sociedades sustentáveis e que não agriam o meio ambiente, norteiam as agendas políticas em torno do desenvolvimento. Jones (2000, p. 03) coloca “o mundo formado por economias de todas as formas e tamanhos. Há países muito ricos e há países muito pobres, algumas economias crescem rapidamente e outras simplesmente não crescem”. Por menores as regiões, as desigualdades sociais são evidentes (SOUZA, 1993).

As nações buscam o desenvolvimento econômico, conciliando recursos disponíveis na tentativa de atingir um nível de crescimento e de desenvolvimento mais elevado. Para atingir o desenvolvimento são necessárias mudanças na estrutura produtiva, nos índices econômicos e sociais. “O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas comuns a outras economias contemporâneas” (FURTADO, 1971, p. 05).

Para Souza (1993), os enfoques em torno do desenvolvimento ganharam uma atenção especial recentemente. Embora crescer economicamente já era uma preocupação que acompanhava os anseios dos países europeus há vários séculos, mas a abordagem estava na acumulação de renda e não no bem estar social.

A corrente Mercantilista na concepção da acumulação de capitais por parte de um país ou região, apontava a balança comercial como responsável pela acumulação. Já os fisiocratas, segundo Souza (1993, p. 51), “viam a agricultura o único setor produtivo, responsável pela riqueza nacional”, os demais setores produtivos eram considerados estéreis, e unicamente a agricultura seria capaz de gerar excedentes e contribuir na acumulação de riquezas por parte do Estado.

A corrente fisiocrata retrata a partir de meados de 1700 uma nova concepção econômica, avança além do debate exclusivo inglês. Apresenta os apontamentos franceses, com Pety, Cantillon e Quesnay sobre alguns conceitos econômicos e que posteriormente viriam a ser discutidos pelos clássicos.

Os fisiocratas desenvolveram, de acordo com Coutinho (1993), uma discussão a respeito da formação e acumulação do capital. Suas análises estão nos fatores, terra e trabalho, como responsáveis pela geração de riquezas, e a partir do emprego do trabalho na agricultura eram gerados os excedentes agrícolas, responsáveis pela acumulação de

capital e pelo processo de desenvolvimento.

Vale uma ressalva em relação ao termo “desenvolvimento econômico”, para Kugelmás (2007, p.08), este passa a ser empregado após o “segundo pós-guerra [...] já temos, em 1945, no mínimo duzentos anos de pensamento econômico, porém os clássicos da teoria econômica não usavam, ou usavam muito raramente”, sendo mais comum o uso do termo acumulação de riquezas e de capital.

As análises clássicas partem das colocações de Adam Smith, que se usa da expressão de progresso material para retratar a acumulação de riqueza. Com os clássicos ocorre uma alteração em relação a concepção até então defendida pelos mercantilistas e fisiocratas (KUGELMAS, 2007).

As causas do crescimento econômico nacional, para Adam Smith (2003), decorreriam das taxas de lucros positivas. Enquanto fossem observadas ampliações de mercado, juntamente com a divisão do trabalho, seriam gerados os lucros e consequentemente as poupanças, que gerariam os investimentos.

A função de produção de Adam Smith está sujeita a rendimentos crescentes, em virtude da expansão dos mercados, que permite maior grau de divisão do trabalho, o que aumenta a produtividade. O crescimento econômico cria um processo cumulativo, porque rendas maiores geram poupança e investimento em níveis ampliados (SOUZA, 1993, p 55.)

Smith (2003) considera o crescimento econômico como decorrente da divisão do trabalho, gerado na elevação produtiva resultante do aumento da destreza do trabalhador, aliada a economia de tempo e a possibilidade de utilização da maquinaria. Furtado (1971) chama a atenção para a análise de Smith feita em um período anterior à revolução industrial, que trouxe como consequências alterações nos modelos de produção.

As análises clássicas até a metade do século XIX classificam os fatores de produção em terra, trabalho e capital. Os apontamentos sobre a acumulação de capital pelos teóricos clássicos não avançou muito além daquilo que se considerava a partir do princípio da população de Malthus, nem muito fora da teoria dos rendimentos decrescentes na agricultura de Ricardo (FURTADO, 1971).

O pensamento de David Ricardo sobre a acumulação de riquezas é distinto da visão de Smith. Ricardo (1996) considera que as riquezas são geradas na exploração de terras com graus de fertilidade superior, à medida que o uso de terras de baixo potencial produtivo aumenta, os rendimentos agrícolas reduzem.

Para Ricardo “os capitalistas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento” ao passo que ao utilizarem as terras contratam trabalhadores e influem assim na formação dos salários. Todos os demais setores da economia seguem esta tendência, buscando taxas mais rentáveis e contribuindo para o desenvolvimento na medida em que reinvestem seus lucros (SOUZA, 1993, p. 57).

A síntese da análise clássica em uma visão otimista é exposta por Stuart Mill,

com uma análise contrária a de Ricardo, que considerava o crescimento decorrente do progresso técnico como sendo superior ao crescimento populacional. Mill discute os efeitos positivos nos “aperfeiçoamentos na produção, no comércio e nos serviços, decorrentes do uso mais habilidoso do capital conjunto”, gerando os aumentos nas taxas de acumulação de capital e no produto nacional (SOUZA, 1993, p. 66).

Os clássicos abordam o crescimento econômico, segundo Souza (1993), pela Lei de Say, ou lei dos mercados. O processo de acumulação do capital estaria do lado da oferta e não do lado da demanda. Esta concepção leva Thomas Robert Malthus a criticar a Lei de Say, Malthus (1846) aponta que não é somente a oferta quem cria mercados, mas também a demanda agregada. A redução dos salários levaria, de acordo com Malthus, a redução da demanda de bens e serviços, impactando na atividade econômica.

Malthus (1846) analisa o crescimento populacional em relação ao crescimento da oferta de alimentos. Em suas constatações a população cresceria em ritmo superior a oferta de alimentos e tais pressões não significariam necessariamente expansão dos mercados, uma vez que, os salários também influenciariam a demanda, gerando a acumulação de riquezas.

Às concepções marxistas em relação à acumulação do capital ocorrem a partir do progresso técnico, gerando os períodos de prosperidade, seguidos sempre de períodos de crise. Para Marx o modelo capitalista geraria crises periódicas cada vez mais prolongadas, e a exploração dos trabalhadores criaria um impedimento para a expansão dos mercados e para o crescimento econômico (SOUZA, 1993).

Os investimentos são considerados de extrema importância para o crescimento econômico. O aumento da riqueza ocorre quando os investimentos são realizados acima da taxa de depreciação do capital, levando ao aumento da capacidade produtiva e a expansão da produtividade do trabalho e do nível de renda *per capita* (FONSECA, 2006).

Fonseca (2006, p. 35) considera que os investimentos podem ter um duplo sentido “a partir do período da Grande Depressão, Keynes e Kalecki enfatizaram o efeito das despesas de investimento sobre a demanda agregada – um componente fundamental para cobrir o hiato em relação ao nível de produção correspondente ao pleno emprego e ao produto nacional”. Os investimentos levam tanto a expansão do nível de renda e da atividade econômica, como geram efeitos negativos sobre a demanda agregada e influenciam no pleno emprego e no produto nacional.

Em Keynes (2009) os investimentos desempenham um papel fundamental, como função do crescimento demográfico e das inovações tecnológicas do lado produtivo. As inovações tecnológicas são consideradas por Schumpeter como condicionante do crescimento e do desenvolvimento (SOUZA, 1993).

O termo desenvolvimento econômico passou a ser usado com Schumpeter, o qual relaciona o fator tecnológico ao desenvolvimento e aos ciclos econômicos. Nesta dinâmica a economia cresceria em ciclos de prosperidade e recessão, as crises seriam superadas somente com a introdução de um novo pacote tecnológico.

Schumpeter insere duas novas variáveis como responsáveis ao processo de desenvolvimento. Evolui a partir da concepção clássica que considerava o crescimento decorrente dos meios de produção (K), trabalho (L), e da terra (N), insere as variáveis inovações tecnológica (S), e o meio sociocultural (E). “Os três primeiros elementos [...] constituem a componente de crescimento [...] e os dois últimos a componente de desenvolvimento” (SOUZA, 1993, p. 116).

Uma preocupação até então das escolas do pensamento econômico era apenas a acumulação de riquezas, com Schumpeter surge um novo olhar que considera o meio sociocultural como um dos fatores ao desenvolvimento, mas, ainda de forma restrita. A acumulação de riquezas é vista como fator ao crescimento, e que de acordo com Sen (2000), não expressaria o desenvolvimento.

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento são antagônicos. O crescimento centra apenas na acumulação de capital, sem levar em conta o social. Para Furtado (1986, p 78), um processo de desenvolvimento “compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. [...] Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social”.

O desenvolvimento vai além do conceito de crescimento, surge a partir do processo de crescimento, superando este ao avaliar os reflexos e a distribuição da riqueza para a sociedade. Considera a melhoria dos padrões de vida da população.

O desenvolvimento econômico consiste, [...] em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou de infra-estrutura social, e também em um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica (FONSECA, 2006, p. 04).

Cabe mencionar que Fonseca (2006) e Furtado (1986) deixam claro que o crescimento diz respeito somente à acumulação de riquezas, sem a preocupação com sua distribuição. Já o desenvolvimento econômico é mais complexo, busca abordar a evolução na qualidade de vida e distribuição da renda a toda a população.

Atingir um processo de desenvolvimento econômico demanda a existência do bem estar econômico relacionado com a renda per capita da população, e na redução das desigualdades, do desemprego e dos níveis de pobreza. Caracteriza-se na esfera do desenvolvimento humano (PINHO E VASCONCELLOS, 2003).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD mensura o desenvolvimento humano por meio de parâmetros, sem os quais as oportunidades e alternativas não estariam acessíveis, como ter uma vida longa e saudável, ter conhecimento. Acessando recursos para atingir o bem estar e uma vida decente (LACERDA *et al*, 2010).

O desenvolvimento humano é a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para

que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam ativamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos (PNUD, 2010, p. 02).

A evolução do conceito de desenvolvimento se altera com a inserção dos reflexos na melhoria da qualidade de vida, se caracterizando na concepção do desenvolvimento humano. Esta concepção considera a produção e acumulação de riquezas avançando no debate da distribuição destas riquezas, e no acesso as oportunidades apresentadas por Amartya Sen (2000).

Pensar desenvolvimento é aprofundar a análise, Leff (2006) enfatiza que são necessários levantamentos desde as condições naturais como solos e climas até as relações culturais entre os povos. Acima de tudo é uma busca nas diversas visões de mundo para assim construir uma teoria que abrangesse todas estas relações.

O desenvolvimento de um país, para Sen (2000), esta nas oportunidades oferecidas a sua população. Oportunidades que Moraes (1995), por meio de uma analogia, relaciona a uma planta que necessita ser cultivada em ambiente propício, as plantas não podem ser levadas a outros biomas sob a pena de extinção, também modelos de desenvolvimento devem ser criados em seu ambiente, reafirmando a ideia de Sen (2000), que o desenvolvimento está nas oportunidades do país.

As oportunidades estão relacionadas às liberdades de acesso, Sen (2000, p. 29) aponta que um dos grandes problemas para o desenvolvimento são as privações das liberdades. Privações tanto pela fome como pelo “pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, [...] é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social”.

Os atuais modelos de desenvolvimento colocam em risco os recursos e fatores de produção, contribuem para o aumento da desigualdade social. Gutberlet (1999) considera que o modelo de desenvolvimento tem por base a ideologia de progresso e domínio dos recursos naturais, como forma de atingir somente a acumulação de capital.

A discussão de desenvolvimento sustentável surge na tentativa de conciliar crescimento e desenvolvimento sem comprometer o meio. O desenvolvimento sustentável, para Foster (2005, p. 230) a partir da comissão Brundtland é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades”.

A breve linha histórica a respeito das teorias de desenvolvimento econômico tornam pertinentes as colocações de Schneider (2007, p.04), que considera difícil conceituar desenvolvimento. A vasta literatura tenta interpretar o significado, mas acima de tudo, o desenvolvimento é “uma construção política e ideológica [...]”. Uma situação

ou condição de desenvolvimento somente pode existir na medida em que existe seu contrário, o não desenvolvimento”.

O desenvolvimento passa a existir a partir de um contexto político ideológico, que cria parâmetros para medir e classificar regiões em desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. O desenvolvimento passa, assim, a ser um mito ou uma ideologia criada a partir de um contexto (SCHNEIDER, 2007).

A afirmação de Schneider (2007) vem corroborar com o objeto deste estudo, a respeito da inexistência de verdades absolutas. Os apontamentos devem avançar, estabelecendo um paralelo com as observações da filósofa sobre verdades e sobre paradigmas e relacionar com as teorias até então apresentadas.

3 VERDADES E PARADIGMAS

As indagações sobre o conhecimento levantadas por Morin (1999) remetem a uma reflexão em torno de tudo aquilo que é considerado como verdade. O conhecimento em si surge a partir do instante em que se conhece o erro, ao passo que o mito pode tomar a forma da razão, e a ideologia se camuflar como ciência.

O conhecimento decorre da descoberta dos erros, anterior a descoberta de uma nova verdade ou da refutação de uma teoria, se acredita que algo errado é uma verdade. Ora, ao tomar como verdade algo que posteriormente é refutado no mínimo leva ao questionamento de tudo aquilo que se apresenta como uma verdade, assim o que é a verdade? (MORIN, 1999).

As concepções de verdades nascem nas relações de constatação do mundo real. Para Moser (2004) uma afirmação pode ser verdadeira por correspondência, existindo uma relação na afirmação com as características do mundo real. Reflete de algum modo a realidade, uma vez que afirmações falsas não correspondem ao estado real das coisas no mundo, ou conforme Abe (1991, p. 161) “uma proposição é verdadeira se ela corresponde à realidade, se o que ela afirma de fato é”.

Uma segunda possibilidade de definir uma verdade é o resultado da coerência, a verdade como um resultado linguístico. De acordo com Abe (1991), está possibilidade compara a verdade com a realidade, afirmando ou rejeitando a teoria a partir da realidade, uma sentença é comparada a outras.

Tal concepção afirma uma sentença como verdadeira a partir de outras sentenças já consideradas verdadeiras. Esta afirmação fica atrelada as demais afirmações, podendo ser refutada por estar embasada em afirmações falsas fundamentadas a partir de crenças. Para Moser (2004) a identificação de uma verdade pode ser ainda pragmática, apreciada somente se for útil, mas pode incorrer no falseabilismo uma vez que as crenças também são consideradas uteis.

As possíveis verdades surgem influenciadas ou forçadas pelo contexto social, refletem muitas vezes concepções falsas acerca de determinado fator, mesmo com o emprego da razão na tentativa de construir verdades. Gondim e Rodrigues (2010, p. 62) apontam que a “verdade passa a ser aquilo que é constituído, construído e reconhecido pela razão”.

Verdades absolutas, para Morin (2005), inexistem, uma vez que as pessoas buscam apenas uma explicação coerente com um determinado fato social, a verdade passa a ser apenas um desejo dos homens, acordada entre eles, ou seja, inexistente. Os acordos para estabelecer verdades surgem como evidencia a partir destas convenções, pautados nas relações de poder e força, estabelecendo verdades e princípios a serem seguidos (MORIN, 1999).

Somente a razão não é suficiente para determinar uma verdade, os próprios avanços científicos podem conduzir ao incerto. Avançar no conhecimento é ser desafiado a se lançar em horizontes mais profundos e incertos, tentando entender novos fenômenos e compreender, que na “resposta – a verdade - se transforma enfim em pergunta”. O conhecimento deve interrogar a validade da verdade, e não defende lá, sob pena de pagar o preço desta verdade (MORIN, 1999 p. 16).

O conhecimento é uno até ser interrogado, as indagações tornam algo familiar obscuro, ignorando até mesmo o que parece conhecer. Uma única descrição sobre conhecimento não é possível, devido aos seus mais variados modos e níveis, tanto como um saber, como mitos, religiões, como capacidade cognitiva das necessidades humanas, elaborado a partir das relações sociais com interação com o poder. Tudo buscando controlar o saber para poder controlar o poder do saber, (MORIN 1999).

Quanto mais o conhecimento é aprofundado maior é a evolução para uma crise deste conhecimento, retornando as incertezas. Popper (2007) levanta o retorno das incertezas como a condenação dos resultados lógicos, que não podem ser testados, mesmo a verificação não bastaria para que a teoria científica se garantisse como verdadeira, mas sua cientificidade estaria então no falibilismo.

A incerteza no conhecimento das verdades conduz a falsas verdades que se confundem como verdades, Russell (2005, p. 95) aponta que “existe um dualismo no conhecimento de verdades. Podemos crer no falso, como no verdadeiro”, crenças falsas bem fundamentadas são confundidas e se constituem verdades.

A neutralidade científica é levantada por Pinto (1979), na ideia de que a ciência não é neutra, uma vez que um conhecimento surge de experimentos de pesquisadores, estando fadada aos juízos de valor pessoal deste pesquisador e ao menosprezo de algum fator.

A ciência é considerada superficial por Descartes (1998), preocupada em descrever propriamente as coisas, do que se lançar em novas descobertas. Este aspecto, levantado por Descartes, leva a indagações, ora uma vez o sistema econômico ao se lançar na acumulação de capital poderia influenciar a ciência em apenas descrever as condições e não a buscar novas descobertas.

Fator conveniente a ambos, de um lado o sistema econômico fundamentado em uma ciência que comprova suas ações como verdade, já a ciência pautada em um sistema que a financia. É conveniente apenas descrever os fatos à buscar novas descobertas que contestariam o modelo de forma contrária as suas ações, levando a ruptura de interesses econômicos, mas nesta óptica para ambos não seria viável.

A atrelação científica ao econômico é analisada em um fragmento de Bachelard (2010), ao considerar que a ciência nasce manchada pelo utilitarismo, e os conceitos científicos tidos como utensílios. Neste aspecto Bachelard não se referiu ao conceito econômico, mas questionou as verdades científicas.

Em uma reflexão é possível estabelecer esta relação de descoberta científica ao econômico. A “macha” que acompanha a ciência desde seu nascimento, é uma dependência ao sistema que a financia, e que retira o direito de indagar e até mesmo questionar cientificamente o modelo produtivo existente.

Para a ciência pode ser cômodo enxergar aquilo que lhe convém, Morin (1999) aborda com o Método 3, a questão da Biologia do conhecimento. Aponta o conhecimento como atrelado a tudo aquilo que se conhece ou que se sabe, as coisas por mais evidentes que sejam nos são ofuscadas diante de nossos olhos, e as descobertas ou indagações evidentes passam despercebidas por mais evidentes.

Existe neste contexto uma relação ao objeto investigado, é insustentável um sistema que defende o desenvolvimento econômico e o bem estar igualitário, mas que não consegue de fato atingir. Este sistema ofusca a visão científica em indagar e descobrir novas formas produtivas ou um novo modelo organizacional, que cumprisse de fato a premissa do bem estar e qualidade de vida a toda a população.

Kuhn (2009) levanta o debate sobre os paradigmas e suas quebras que aconteceriam durante as crises. A ciência desempenharia um papel importante na construção dos novos paradigmas, todo o processo de turbulência perduraria até a criação deste novo paradigma ou simplesmente uma nova posição científica.

Os paradigmas levariam ao conhecimento, buscando complementos para aquilo que é apresentado como verdade. Kuhn (2009) chama a atenção para o que considerar como certo, sob o perigo dos vícios do saber, que podem então conduzir as falsas ver-

dades. As crenças embasadas em uma verdade temporária, posteriormente refutada, significam que o que se acredita é de fato falsas verdades.

O fazer ciência na tentativa de estabelecer verdades, para Kuhn (2009), é apenas uma remontagem de tudo aquilo que já se sabe, sem nada de novo. A descoberta de algo muito bom ou inovador leva a todos a pesquisar acerca daquilo, são investigações específicas sem que se considere o contexto geral.

Esta colocação de Kuhn leva a uma reflexão em torno de um problema relevante deste estudo, uma vez que a ciência econômica passou a considerar o capitalismo como uma verdade maior, ou seja, algo novo e inovador que surgiu de um sistema anterior.

Nesta conotação o foco de pesquisa passou a ser não o sistema, mas os seus fragmentos, um exemplo, são os temas relacionados ao desenvolvimento e crescimento econômico. A literatura sobre o tema evidencia que a evolução do pensamento econômico se deu em fragmentos menores divididos em temas, mas todos tendo como uma verdade maior o sistema capitalista.

A partir desta “verdade” do capitalismo como algo inovador ajustou as partes do sistema a sua concepção. Um exemplo são os modelos de produção e as formas de crescimento, desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida das populações. Mas, sem de fato questionar o paradigma maior do capitalismo.

Inexiste uma preocupação de buscar novos sistemas econômicos, ou novos paradigmas, os esforços estão em debater fragmentos do sistema vigente. Ora, e se todo o sistema for falseado em algum momento? Significa que as verdades até então colocadas em relação a crescimento e desenvolvimento podem ser falseadas.

Novos conhecimentos surgem, mas para Kahn (2009) são apenas novas orientações para um paradigma já existente. Por mais que se discutam formas de crescimento, desenvolvimento e melhoria das condições de vida, por mais que as escolas do pensamento econômico se empenhem em estabelecer novas teorias, tudo estará atrelado a um paradigma já existente – o capitalismo. Este sistema se for falível levará a refutação de todas as constatações e verdades tidas como certas.

Reafirmando, sobretudo o que já fora dito por Schneider (2007), de que o desenvolvimento é um mito ou uma ideologia, ou seja, apenas uma verdade temporária até que a história como fez nos últimos séculos, “prove” uma nova verdade acerca do que é o desenvolvimento econômico.

4 CONSIDERAÇÕES

Ao longo dos séculos ocorreram alterações econômicas e sociais após a afirmação do capitalismo como verdade, muito do que era considerada uma verdade absoluta para o crescimento econômico foi refutado. Reafirma a inexistência de verdades absolutas, as verdades são temporárias e a história nos demonstrou isso.

A reflexão inicial das correntes de pensamento, considerando a balança comercial favorável, que conduziria a acumulação de riquezas, e que posteriormente evoluiu para a agricultura como o único setor responsável por gerar riquezas, já seria suficiente para embasar a discussão de que as verdades são temporárias.

A breve linha histórica estabelecida no pensamento das escolas econômicas demonstra uma mudança daquilo que poderia gerar o desenvolvimento. Inicialmente o comércio internacional era o ator principal, em um segundo momento passa a ser a agricultura este ator. Parece antagônico a fala a qual a agricultura seria o único setor quem geraria riqueza e os demais estéreis.

As evoluções refutaram esta verdade, a agricultura passou a não ser mais a única geradora dos excedentes, com o advento da revolução industrial a indústria passa a ser o ator principal. Estas relações levam a uma percepção importante de que verdades surgem de interesses e de relações econômicas.

As recentes preocupações com a degradação ambiental e a escassez dos recursos levaram a uma nova verdade. O desenvolvimento e o modelo de produção se voltam agora à preservação dos fatores de produção e dos recursos ambientais responsáveis em manter e alimentar o modelo de produção e consumo do sistema.

As indas e vindas teóricas ressaltam que verdades são temporárias, são falíveis quando se estabelece uma nova verdade, passíveis de refutação. Este estudo levou a questionar se de fato as relações econômicas levaram a quebras de paradigmas ou simplesmente reafirmações de um conceito anterior vigente.

Claramente se verifica que não ocorreram quebras de paradigmas desde a afirmação do capitalismo como uma verdade, o paradigma foi quebrado na passagem do sistema anterior para o capitalismo. As crises que este sistema enfrentou trouxeram consigo reafirmações de novas verdades temporárias que perduram até novas crises, mas sem romper com o paradigma maior.

Schumpeter reafirma a característica do capitalismo de se constituir como sistema cíclico, com crises precedidas de crescimento. Nas crises ocorre à quebra de verdades temporárias sem derrubar o paradigma maior, e a introdução de novas verdades. Josef A. Schumpeter apontava que os novos pacotes tecnológicos eram responsáveis por saltos de crescimento econômico e geração de renda, a tecnologia responsável pelo desenvolvimento econômico, Mas Freenberg (2003) aponta que:

A ciência e a tecnologia compartilham o mesmo tipo de pensamento

racional baseado na observação empírica e no conhecimento da causalidade natural. No entanto, a tecnologia não está relacionada com a verdade, mas com a utilidade. Enquanto a ciência procura saber, a tecnologia procura controlar. Contudo, há algo mais nesta história do que este simples contraste. (FREENBERG, 2003, p. 01).

A tecnologia, de acordo com Freenberg (2003), não pode de maneira alguma ser considerada uma verdade, mas apenas algo útil. A ideia de Schumpeter de tecnologia como responsável pelos saltos econômicos não deve ser entendida como uma verdade, mas apenas uma utilidade para atingir o desenvolvimento.

Nesta mesma linha a ideia Schumpeteriana de desenvolvimento a partir dos saltos com a introdução de pacotes tecnológicos, leva a crer que o sistema econômico geraria maiores níveis de renda e bem estar social, incorrendo no desenvolvimento como um todo. No entanto, Freenberg (2003) aponta que:

Embora possa parecer que o dinheiro seja um instrumento neutro para nossos propósitos, num exame mais minucioso perceberemos que ele é muito mais que isso. Dizemos que há coisas que o dinheiro não pode comprar, tais como o amor e a felicidade. No entanto, as pessoas, de fato, tentam comprá-los todo o tempo, com resultados decepcionantes (FREENBERG, 2003, p. 08).

Os apontamentos de Freenberg (2003) e o esquema de desenvolvimento de Schumpeter levam a corroborar com Schneider (2007) que o desenvolvimento é um mito ou uma ideologia. A simples acumulação de capital a partir do progresso tecnológico apresentado na teoria econômica não leva de fato ao bem estar social, uma vez que nem sempre o dinheiro comprará a felicidade ou o bem estar.

A literatura revisada acerca do crescimento, desenvolvimento econômico e humano está relacionada a verdades temporárias, moldadas por um paradigma maior, na ideia de verdade como consenso. Onde o dinheiro compraria e levaria a qualidade de vida, Mas, sendo questionável se de fato seria uma real qualidade de vida.

A primeira discussão estabelecida em como separar ou qualificar sociedades ou sistemas organizacionais em desenvolvidos ou não deve ser retomada. É evidente a tentativa de comparar um modelo de consumo ao outro, ou um modelo geral a modelos específicos e tradicionais, como comunidades rurais com modelos de organização e autoconsumo peculiares. Sistemas em que prevalecem relações cooperativistas e de troca, que geram qualidade de vida superior, mas que para os índices do sistema são atrasadas, como então afirmar que são atrasadas se suas relações e o seu modo de vida podem comprovar o contrário?

De fato qual seria então o índice de qualidade de vida de uma comunidade destas, ao passo da impossibilidade de comparação. Avançando ainda mais e se voltando propriamente ao capitalismo como uma verdade, na ideia desenvolvida anteriormente, como então classificar regiões em desenvolvidas ou não, caso o capitalismo ruísse e um

novo sistema se implantasse.

A partir das discussões que verdades são temporárias, criadas nas ideologias de consenso ou convenções, de acordo com interesses, percebe-se que podem ser falseadas, mas se são falíveis então são verdades. Ora Popper (2007) apontava que uma verdade somente é verdade a partir do instante que pode ser refutada.

Os paradigmas são estabelecidos e quebrados, também teorias são criadas a partir de paradigmas, a quebra de um paradigma leva a quebra das teorias criadas a partir deste. Um “paradigma teórico dominante²” foi estabelecido no momento em que o capitalismo passou a ser uma verdade, as teorias de desenvolvimento e crescimento econômico foram criadas a partir desta verdade ou paradigma maior.

Do instante da afirmação do capitalismo como verdade não ocorreu no sistema econômico a quebra deste paradigma, ao passo que isto ocorrer as teorias criadas a partir desta concepção maior poderão ser falseadas ao estarem embasadas em um sistema refutável. Como indagação fica uma reflexão: Existiriam de fato verdades acerca do que seria a qualidade de vida e o desenvolvimento das sociedades?

Historicamente a quebra de paradigma poderia ter ocorrido durante a guerra fria, caso o socialismo ou qualquer outro modelo tivesse se firmado como ordem econômica mundial hegemônica, um novo modelo também poderia ser apenas uma verdade temporária. Como a história seguiu outro rumo, as revisões feitas indicam que as teorias são apenas reafirmações de contextos, ou verdades temporárias relacionadas ao interesse econômico do momento histórico.

REFERÊNCIAS

ABE, Jair Minoro. Verdade pragmática. **Revista Estudos Avançados** [online]. 1991, vol.5, n.12, pgs 161-171. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000200010>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BACHELARD, Gastón. **A epistemologia**. Tradução Fátima Lourenço Godinho e Mário Cármino Oliveira. Lisboa/Portugal: Edições 70, LTA. 2010.

COUTINHO, Mauricio Chalfin. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Elza Moreira Marcelina. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

² Termo utilizado por Gondim e Rodrigues (2010, p. 70).

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2006.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREENBERG, Andrew. **O que é filosofia da tecnologia?** Conferência pronunciada para estudantes universitários de Komaba – Japão. Tradução Agustin Apaza e Daniel Durante P. Alves. Junho 2003.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. revista pelo autor. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. **Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

GONDIM, Elnora e RODRIGUES, Osvaldino Marra. Filosofia da ciência e os fundamentos do conhecimento científico: uma panorâmica. **Revista VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 12, n. 2, p. 61-72, maio/ago. 2010.

JONES, Charles L. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. 13. reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas. 2009.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. **Revista brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2007, vol.22, n.63, pgs 7-10. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100002>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LACERDA, Antônio Corrêa de. et al. **Economia brasileira**. 4. ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALTHUS, Thomás Roberto. **El Principio de la Poblacion**. Traducción D. José Maria

Nogueira y D. Joaquin Miquel. Madrid: Establecimiento Literario y Tipográfico de D. Lucas Gonzales. Callejon de San Marcos, núm. 6. 1846.

MORAES, Reginaldo. **Celso Furtado O Subdesenvolvimento e as ideias da Cepal**. São Paulo: Ática. 1995.

MORIN, Edgar. **O método 3: a consciência da consciência**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 2ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. Revista e modificada pelo autor. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2005.

MOSER, Paul K. **A teoria do conhecimento**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PINHO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (org.). **Manual de economia**, 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: 23 jun. de 2012.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007.

RICARDO, David. **Os economistas: princípios de economia política e tributação**. Tradução Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. Tradução Jaimir Conte. Título original: The Problems of Philosophy. Home University Library, 1912. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~conte/russell.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. In Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007.

SMITH. Adam. **Riqueza das nações**. Tradução Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus. 2003

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SOUZA. Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas. 1993.

Artigo recebido em: Janeiro/2014

Aceito em: Março/2014